



**RELATÓRIO DA REUNIÃO BILATERAL COM O GOVERNO FEDERAL  
SOBRE **ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E MINERAIS** – ELABORAÇÃO DO NOVO  
PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 2021-2040**

Brasília, 26 de novembro de 2020.



## **1. Objetivo:**

Identificar as principais interfaces e demandas da Política, Planejamento, Ações e Estudos referentes aos temas de Águas Subterrâneas e Águas Minerais, em relação à Política Nacional de Recursos Hídricos e propor uma agenda de colaboração para a elaboração do PNRH 2022-2040.

## **2. Contextualização dos objetivos e esclarecimentos sobre a dinâmica da reunião:**

Foi feita uma abertura com a participação do Diretor do Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas – DRHB/SNSH/MDR, Sr. Wilson Rodrigues de Melo Júnior, o Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas - ANA, Sérgio R. Ayrimoraes Soares, e a Coordenadora Geral da CGPRH/DRHB/SNSH/MDR, Adriana Lustosa. Ocorreu, também, a apresentação dos participantes.

Em seguida, foi feita uma apresentação sobre o processo e o calendário de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos (Adriana Lustosa).

Posteriormente, foi feita a apresentação sobre águas subterrâneas pela Agência Nacional de Águas – ANA (Tibério e Fernando Oliveira).

Sucessivamente, houve as apresentações do Serviço Geológico do Brasil – CPRM (Frederico Cláudio Peixinho) e uma apresentação breve e não formal da Agência Nacional de Mineração – ANM (Valéria Melo).

Após as apresentações, foi aberto o diálogo com as seguintes perguntas motivadoras:

- a. Qual a interface ou demanda das Políticas e Planejamentos para Águas Subterrâneas e Águas Minerais, em relação à Política Nacional de Recursos Hídricos e seus instrumentos (planos de recursos hídricos, enquadramento, cobrança pelo uso da água, outorga, sistema de informações) e ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Conselhos de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas)?
- b. Como é possível construir uma agenda de colaboração para a superação de lacunas de informação e de normativos legais, o atendimento de demandas e/ou o aprimoramento e potencialização de ações?

## **3. Apresentação SIP/ANA – Fernando Oliveira.**

A ANA é uma das executoras diretas, uma das implementadoras diretas do Programa Nacional de Águas Subterrâneas, hoje, junto com a SNSH do MDR, CPRM, e por olhos os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos que tem a dominialidade das águas subterrâneas.

Vale fazer um rápido parêntese aqui e dizer que o estado é o titular, ele tem o domínio, ele que concede a outorga de águas subterrâneas. Mas é necessária uma visão um pouco mais ampla porque a água que os estados estão outorgando nos rios e a ANA outorga como água superficial, grande parte dela é originária dos aquíferos.

Então é necessário que tenhamos essa visão conjunta com os estados. A água superficial e subterrânea são parte de uma coisa única que está em movimento, é dinâmica, e as propostas novas da ANA para o novo plano vão nesse sentido, no sentido de uma visão



mais integrada possível.

Propostas de ações integradas de águas superficiais e subterrâneas para o PNRH:

Elaborarmos um mapa nacional de hotspots para rio/aquífero, seja por grande demanda, por instalação de conflitos, perspectivas futuras de crescimento, de ampliação especial de área irrigada, ou seja, onde a vazão dos rios de fato tenha uma dependência relevante do escoamento originário dos açudes.

Além disso, deve ser considerado nessa elaboração: áreas onde a participação do escoamento de base é relevante na formação da vazão média dos rios; indicação de áreas no país em que essa abordagem integrada deve ser considerada na implementação dos instrumentos de gestão; nessas áreas, a aplicação dos instrumentos de gestão, em especial outorga e planos, devem considerar a contabilidade hídrica integrada, levando em conta a interdependência entre os mananciais superficiais e o aquífero. Essa atividade foi iniciada pela ANA.

Priorizar áreas onde o monitoramento integrado rio/aquífero deverá ser implementado ou aprimorado e implementar redes de monitoramento qualitativo e quantitativo de água subterrânea, com suficiente abrangência espacial e continuidade temporal, ou seja, aumentar nossa rede de monitoramento quali-quantitativa de águas subterrâneas com diversas outras variedades e demandas.

Precisamos evoluir muito ainda na nossa integração dos dados do SNIRH com o SIAGAS e IMAS, ou seja, fazer a integração dos bancos de dados de recursos hídricos (SIAGAS, SNIRH e sistemas estaduais de informações sobre recursos hídricos).

Desenvolver ferramentas, programas de suporte a decisão, para utilização pelos órgãos gestores de recursos hídricos, principalmente nos estados.

Os marcos regulatórios observados, de forma geral, estão tratando exclusivamente de uma única fase do ciclo hidrológico e isso não reflete a realidade quando se vai fazer os balanços hídricos, a conta não fecha ou você esquece dos usuários que estão fora da calha do rio. Sendo assim é necessário considerar a interdependência entre as águas superficiais e subterrâneas na alocação de água dos marcos regulatórios.

O CNRH aprovou uma resolução em 2018 sobre gestão integrada que traz muito claramente essa mensagem, mas ela precisa ser praticada, deve sair do papel e entrar na análise de outorga, em especial, e nos planos também.

Ampliar e fortalecer a articulação intra e interinstitucional dos órgãos responsáveis pela gestão de recursos hídricos no país.

Fortalecer e ampliar as parcerias existentes, por exemplo com a CPRM e órgãos estaduais gestores de recursos hídricos. Nós temos que aprofundar e alongar essas parcerias, a troca de dados e informações e trabalhos conjuntos.

Definir diretrizes para uniformizar dados mínimos necessários para a autorização do uso de águas subterrâneas, ou seja, nós temos que criar um escopo, e o CNRH é o lócus para se fazer isso, visando universalizar o instrumento outorga de águas subterrâneas. Nós devemos ter critérios mínimos para que todos os estados possam trabalhar no futuro com a base de dados que produza informações que possam ser aplicadas e comparadas de forma geral em todo o país.



#### **4. Apresentação da CPRM – Frederico Cláudio Peixinho.**

As Interfaces apresentadas foram as seguintes:

- Explicitar competências e alinhar prioridades e metas do PNRH (2022 – 2040) com os objetivos, metas e iniciativas dos PPAs para as entidades executoras e parceiras. Ou seja, fazer uma forma de garantia que o plano esteja mais aliado com o PPA e consequentemente alinhado com os objetivos, metas e iniciativas que dá robustez institucional aos órgãos terem recursos, compartilhados ou não, para fazer a implementação desses objetivos.
- Destacar no PNRH a importância de avanços na caracterização hidrogeológica nas bacias transfronteiriças.
- Reconhecer no PNRH o banco de dados de poços estratégicos administrado pelo SIAGAS. Nesse sentido, o CNRH produziu uma moção explicitando a importância dessa ferramenta para a gestão de recursos hídricos. É necessário um esforço conjunto com as outras esferas e a própria ANA, com a finalidade de dar essa sustentação.
- Caracterizar a importância da rede rimas no PNRH. Essa caracterização necessita o aporte de recursos, buscando melhorar o conhecimento hidrogeológico de bacias e aquíferos.
- Enfatizar os estudos de cartografia hidrogeológica em desenvolvimento pelo Serviço Geológico Brasileiro - SGB. Possibilidade de realizar estudos em diferentes escalas em áreas consideradas prioritárias e estratégicas

#### **5. Apresentação da Agência Nacional de Mineração – ANM – Alípio e Valéria A. R. de Melo**

Não foi feita uma apresentação formal, mas surgiram as seguintes alusões:

- Implementar leis de águas subterrâneas nos estados.
- Compartilhamento de dados. A ANM tem um acervo riquíssimo de dados hidrogeológicos e séries históricas de análises químicas completas das águas minerais e potáveis de mesa. Porém, elas estão inacessíveis, pois não estão ainda em um banco de dados digital estruturado. O grande desafio é recuperar essas informações que podem contribuir para esse projeto.

#### **6. Considerações finais**

(Sérgio R. Ayrimoraes Soares, Fernando Oliveira, José Antônio – ANM, João Diniz – CPRM, Valéria A. R. de Melo, Frederico Cláudio Peixinho)

Evoluiu-se muito no nível de informação para balizar a gestão de recursos hídricos.



Espera-se, com o novo Plano, a sua consequência regulatória (CNRH), referente ao diagnóstico das águas subterrâneas integrada às águas superficiais, com a intenção de orientar as diversas instituições nacionais que tratam o tema.

Apesar do horizonte temporal ser 2040, o planejamento do PNRH ocorre em ciclos de 4 anos, estabelecendo quem é o responsável por cada ação, como elas serão executadas, com que recursos humanos e financeiros elas serão feitas.

É importante trabalhar em conjunto, com as informações existentes (ANA, CPRM e ANM), que são muitas, para produzir o PNRH, objetivando alcançar os estados e os comitês.

Existe uma necessidade, talvez, por meio do CNRH, de dar uma diretriz para facilitar os acordos de cooperação técnica entre os estados e a ANM, de que trata resolução 76 de 2007 do CNRH. Foram encontrados alguns resultados de parceria em São Paulo e Santa Catarina.

Existe uma tentativa da CPRM em formalizar uma parceria com a ANM para fazer um grande banco de dados das águas minerais. A ANM demonstrou interesse em fazer contato para trabalhar em conjunto com a CPRM.

Deveria fazer parte dos objetivos estratégicos do PNRH, em conformidade com a premissa de a água é uma só, buscar a ideia de integração do ciclo hidrológico. Outro item importante, considerando a dominialidade da água ser estadual, é a integração interinstitucional. A terceira questão é: deve ser dado um olhar muito importante nas bacias transfronteiriças dentro do modelo de política de gestão.

Existe a grande oportunidade de o PNRH dar os direcionamentos técnicos para a agenda de águas subterrâneas no futuro e virarem normativas.

## **7. Conclusão**

Foram colocadas interfaces entre as políticas setoriais voltadas a construção do novo PNRH e observadas informações relevantes para construção de uma agenda de colaboração. Não foi discutido como fazer essa agenda de colaboração.

